

A
morte
DA
morte

NA MORTE DE CRISTO

*Tratado sobre a redenção e a reconciliação
presentes no sangue de Cristo*

JOHN OWEN

ENSAIO INTRODUTÓRIO DE J. I. PACKER




VIDA NOVA

Sumário

Ensaio introdutório de J. I. Packer.....	9
Apresentação	39
Prefácio.....	41
Análise.....	45
Ao justo e honorável Robert, Conde de Warwick.....	53
Dois depoimentos sobre o tratado a seguir	55
De Stanley Gower	
De Richard Byfield	
Ao leitor	59

A morte da morte na morte de Cristo

Livro I

1. Da finalidade geral da morte de Cristo apresentada nas Escrituras	75
2. Da natureza geral de uma finalidade e algumas distinções que lhe dizem respeito.....	79
3. Do agente ou principal autor de nossa redenção e da primeira coisa distintamente atribuída à pessoa do Pai	83
4. Das coisas que, na obra da redenção, são atribuídas de modo peculiar à pessoa do Filho.....	95
5. As ações peculiares ao Espírito Santo nesse empreendimento.....	101
6. Os meios utilizados nessa obra pelos agentes mencionados.....	103
7. Razões que provam que a oblação e a intercessão de Cristo constituem integralmente o meio para a consecução da mesma finalidade proposta e têm ambas o mesmo objeto pessoal	107
8. Respostas às objeções contra a proposta anterior.....	113

Livro II

1. Considerações prévias para um exame mais específico do propósito adequado e do efeito da morte de Cristo 131
2. Alguns erros e falsos propósitos atribuídos à morte de Cristo 135
3. A finalidade imediata da morte de Cristo e as diferentes formas pelas quais ela é idealizada 141
4. Da distinção de impetração e aplicação — usos e abusos; opinião dos adversários sobre todos os pontos de controvérsia; declaração da questão por ambos os lados 157
5. Aplicação e impetração..... 169

Livro III

1. Dois argumentos contra a redenção universal baseados na natureza da nova aliança e sua dispensação..... 175
2. Mais três argumentos 181
3. Mais dois argumentos baseados na pessoa de Cristo 189
4. Da santificação, da causa da fé e sua obtenção pela morte de Cristo 195
5. Sequência dos argumentos baseados na natureza e definição da redenção..... 205
6. A natureza da reconciliação e o argumento dela derivado 209
7. A natureza da reparação feita por Cristo e argumentos dela derivados 213
8. Digressão sobre o conteúdo de uma conferência acerca da reparação feita por Cristo 223
9. Segunda parte da digressão anterior — argumentos que provam a reparação feita por Cristo..... 231
10. O mérito de Cristo e argumentos dele derivados 239
11. Último argumento geral 243

Livro IV

1. Considerações iniciais para a solução das objeções 261
2. Introdução à resposta dada a argumentos específicos 275
3. Desdobramento dos textos bíblicos remanescentes
apresentados como confirmação do primeiro argumento geral
da redenção universal..... 291
4. Resposta ao segundo argumento geral pela universalidade
da redenção..... 307
5. Resposta ao último argumento extraído das Escrituras 327
6. Resposta ao vigésimo capítulo do livro *A universalidade da livre
graça de Deus*, composto por todos os argumentos empregados pelo
autor em sua obra para provar a universalidade da redenção..... 339
7. Refutação de objeções remanescentes 381

Apêndices

- Alguns testemunhos dos antigos 403
- Apêndice em resposta a um livro com doutrinas equivocadas
recentemente publicado pelo Sr. Joshua Sprigge..... 409

Apresentação

Salus electorum, sanguis Jesu; ou a morte
da morte na morte de Cristo:

Tratado da redenção e da reconciliação viabilizadas pelo sangue de Cristo; mérito e reparação a elas inerentes.

Afirmção da finalidade própria da morte de Cristo; atribuição de seus efeitos e frutos imediatos, incluindo seu alcance em relação a seu objeto, e análise completa da controvérsia sobre a redenção universal.

Em quatro partes:

1. Declaração do conselho eterno e da distinta cooperação da santíssima Trindade para a obra de redenção no sangue de Cristo; intenção pactuada e cumprimento da finalidade de Deus.
2. Eliminação das falsas e supostas finalidades da morte de Cristo, incluindo as distinções criadas para solucionar as diversas contradições da pretensa expiação universal; declaração da controvérsia.
3. Argumentos contrários à redenção universal extraídos da Palavra de Deus; afirmação da reparação e do mérito de Cristo.
4. Resposta a todas as objeções consideráveis apresentadas pelos arminianos ou por outros (seus últimos seguidores no que diz respeito a este assunto) em defesa da redenção universal; ampla apresentação de todos os textos das Escrituras que, com essa finalidade, são propostos e distorcidos.

“O Filho do Homem veio não para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate de muitos” (Mt 20.28).

“Em quem temos a redenção por seu sangue, o perdão dos pecados, segundo a riqueza de sua graça” (Ef 1.7).

Imprimatur, John Cranford. 22 de janeiro de 1647.

Prefácio

Nos testemunhos dos pais antigos, incluídos por Owen ao presente tratado, ele cita Agostinho e Próspero como autoridades para apoio de sua visão de uma expiação definida e eficaz. Esses pais, opondo-se aos pelagianos e semipelagianos de seus dias, defendiam essa visão, mas esta não ocupava um lugar de destaque nas principais controvérsias com as quais esses nomes estavam honrosamente vinculados. Esse assunto não era de forma alguma motivo de controvérsia especial nem estava no centro dos pensamentos que eles defendiam, pensamentos que lhes conquistaram louros nas esferas polêmicas em que foram discutidos. O assunto apareceu exatamente quatro séculos depois na disputa entre Hincmar e Gottschalc. O debate em torno do alcance da expiação ganhou formas distintas e afirmativas. No apêndice do presente tratado se encontram as decisões dos diversos concílios convocados para arbitrar esses princípios conflitantes. Na Holanda, a mesma controvérsia se renovou entre gomaristas e arminianos, quando o Sínodo de Dort, em um de seus artigos, condenou a doutrina remonstrante da expiação universal. Cameron, competente professor de teologia em Saumur, foi o último que deu origem à importante análise dessa questão antes de Owen redigir seu tratado sobre ela. Os pensamentos de Cameron foram adotados e defendidos com grande habilidade por dois de seus seguidores, Amyraut e Testard; em 1634, eclodiu uma controvérsia que agitou a Igreja da França durante muitos anos. Amyraut foi apoiado por Daillé e Blondell. E recebeu uma competente oposição da parte de Rivet, Spanheim e Des Marets.

Nas duas últimas ocasiões em que a discussão sobre o alcance da expiação reviveu nas Igrejas Reformadas, houve uma distinção essencial, geralmente esquecida, entre os pontos especiais para os quais as controvérsias respectivamente se voltaram. O objetivo do artigo sobre a morte de Cristo, declarado pelo Sínodo de Dort, era contrariar o princípio de que Cristo, por meio da expiação, somente adquiriu para o Pai liberdade e direito plenos para instituir um novo procedimento com todos os homens, pelo qual, condicionados à sua própria obediência, eles podiam ser salvos. Os teólogos de Saumur não aceitavam esse princípio como representação correta de seus pensamentos. Admitindo que, pelo propósito de Deus, e através da morte de Cristo, os eleitos têm a garantia

infalível do usufruto da salvação, eles insistiram em um decreto antecedente, pelo qual Deus tem liberdade para dar a salvação a todos os homens através de Cristo, sob a *condição* que creiam nele. Deve-se a isso o fato de seu sistema de ideias ter recebido o nome de *universalismo hipotético*. A diferença essencial entre o universalismo hipotético e a teoria do arminianismo estrito reside na segurança absoluta afirmada por aquele no que diz respeito à restauração espiritual dos eleitos. Eles concordam, no entanto, na atribuição de algum tipo de universalidade à expiação e na afirmação de que, sob certa condição, passível de ser cumprida por todos os homens, — obediência em geral, de acordo com os arminianos, e fé, de acordo com os teólogos de Saumur, — todos têm acesso aos benefícios da morte de Cristo. Para conferir coerência à teoria de Amyraut, a fé deve, em certo sentido, ser possível a todos os homens; De acordo com isso, ele sustentava a doutrina da *graça universal*, ponto em que sua teoria se distingue em essência da doutrina da expiação universal abraçada por eminentes teólogos calvinistas, que defendiam a necessidade da *operação especial* da graça para o exercício da fé. Os leitores de Owen entenderão, a partir dessa explicação menos aprofundada, por que ele insiste com perspicácia peculiar e reiteração da declaração da refutação do sistema condicional, ou do sistema da *graça universal*, de acordo com o nome que adotado em discussões posteriores. Ela era aparentemente válida e contava com o apoio de muitos homens cultos. Transitava nas igrejas estrangeiras e parece ter sido acatada por More, ou Moore, a cuja obra, *The universality of God's free grace* [A universalidade da livre graça de Deus], nosso autor responde com grande abrangência.

Em *Gangræna* (parte 2, p. 86), Edwards retrata Thomas More como “grande sectário, que causou muitos males em Lincolnshire, Norfolk e Cambridgeshire; famoso também em Boston, Lynn e até na Holanda, seguido por muitos em diferentes lugares”. Sua obra foi publicada em 1643, e no mesmo ano veio à lume uma resposta redigida por Thomas Whitefield, *Minister of the gospel at Great Yarmouth* [Ministro do evangelho em Great Yarmouth]. O Sr. Orme comenta: “Ele tem o cuidado de nos informar na página de rosto que “Thomas More era um tecelão em Wills, perto de Wisbitch”. E ele acrescenta, em relação à produção de More: “Embora eu não subscreva o argumento da obra, não hesito em dizer que ela é adequada aos talentos de um tecelão e não desabona sua espiritualidade”. Acrescente-se que o tecelão também foi autor de outras obras: *Discovery of seducers that creep into houses* [Expondo os sedutores que entram sorrateiramente nos lares], *On baptism*

[Sobre o batismo], *A discourse about the precious blood and sacrifice of Christ* [Discurso sobre o precioso sangue e o sacrifício de Cristo] etc.

Em 1650, Horne, ministro de Lynn em Norfolk, homem, de acordo com Palmer (*Nonconf. Mem.*, parte 3, p. 6-7), “de uma espiritualidade exemplar e primitiva”, e autor de várias obras, publicou uma resposta à obra de Owen, sob o título *The open door for man’s approach to God; or, a vindication of the record of God concerning the extent of the death of Christ, in answer to a treatise on that subject by Mr John Owen* [A porta aberta para o acesso do homem a Deus; ou, uma vindicação do registro de Deus sobre a extensão da morte de Cristo, em resposta a um tratado sobre o assunto de autoria do Sr. John Owen]. Horne era razoavelmente famoso por seus conhecimentos das línguas orientais e, “algumas de suas observações e interpretações das Escrituras”, na opinião do Sr. Orme, “eram merecedoras da atenção de Owen”. Todavia, na epístola pensada ao início de sua obra *Vindicæ evangelicæ* [Vindicações do evangelho], Owen expressa sua opinião segundo a qual o texto de Horne não merecia uma resposta.

Dois anos após a publicação do trabalho seguinte, seu autor teve de defender algumas opiniões nele defendidas contra um adversário mais temível e celebrado. Em um apêndice de *Aphorisms on justification* [Aforismos sobre a justificação], Richard Baxter expressou sua discordância em relação a alguns posicionamentos de Owen acerca da redenção. Owen fez sua réplica em um tratado que pode ser considerado um apêndice de *A morte da morte na morte de Cristo*, de sua autoria. Nas discussões entre os dois, há tantas sutilezas acadêmicas de ambas as partes, que parece não haver muito interesse na questão geral em torno da qual eles divergiam.

Talvez seja necessário afirmar com exatidão o pensamento que Owen de fato defendia no tema do alcance da expiação. Em termos gerais, todas as opiniões podem ser reduzidas a quatro. Não são muitos os que defendem a ideia de que Cristo morreu para salvar todos os homens. Outros sustentam a visão condenada pelo Sínodo de Dort, a saber, que a morte de Cristo permitiu que Deus salvasse a todos ou qualquer um que satisfizesse a condição da obediência. Há um terceiro grupo que, embora creia que a morte de Cristo é garantia infalível da salvação dos eleitos, sustenta que, na medida em que Cristo, obedecendo e sofrendo, fez o que todos os homens estavam obrigados a fazer, e sofreu o que todos os homens mereciam sofrer, sua expiação é geral, mas também específica em relação e referência e, por isso, o evangelho lhes pode ser oferecido livremente.

Por último, há aqueles, incluindo Owen, que defendem uma expiação limitada ou definida, que implica necessariamente um vínculo entre a morte de Cristo e a salvação daqueles em favor dos quais ele morreu, ao passo que a verdadeira relação com os perdidos é relegada à esfera das coisas não reveladas, salvo o fato de que sua culpa e punição são potencializadas pela rejeição da misericórdia oferecida no evangelho. Em *History of doctrines* [História das doutrinas] (vol. 2, p. 255), Hagenbach faz a estranha afirmação de que “no que diz respeito ao alcance da expiação, todas as denominações, com exceção das calvinistas, sustentam que a salvação é oferecida a todos”. Seria difícil apontar algum calvinista, digno do nome, que sustente que a salvação não deve ser oferecida a todos. É necessário dizer que, pelo menos Owen, calvinista dos calvinistas, não defendia essa ideia. Pelo contrário, entre os calvinistas que abraçam a doutrina de uma expiação limitada, o que se discute não é se o evangelho deve ser universalmente oferecido, mas em que a oferta universal do evangelho se ampara — a simples ordem e garantia da Palavra, ou a suficiência intrínseca e infinita da expiação. Talvez este ponto nunca tenha sido formalmente elaborado na mente de nosso autor, mas ele insinua que a suficiência inata da morte de Cristo é a base de sua oferta a eleitos e réprobos”.

Digna de honrosa menção entre as edições de sua grande obra é a versão de 1755, impressa em Edimburgo, sob a supervisão do Rev. Adam Gib. Ela foi impressa com cuidado, e considerável atenção é dispensada à numeração, além de uma rica análise que antecede a obra como um todo. Não nos sentimos à vontade para adotar a numeração em todos os aspectos, pois usou-se de um pouco mais de liberdade com o original em comparação com os princípios sobre os quais a presente edição das obras de Owen foi publicada. No preparo da análise a seguir, reconhecemos nossa dependência dessa edição no preparo da análise abaixo, em grande parte nela inspirada.